

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	18
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	53
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	56
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	57
10.8 - Plano de Negócios	58
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Descrição da política de Gerenciamento de Riscos

a. Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos da CESP aprovada pelo Conselho de Administração, em 5 de agosto de 2019, é baseada nos princípios ABNT ISO 31000 - 2009, norma internacional sobre gestão de riscos de qualquer atividade ou natureza. Esta metodologia fornece diretrizes para desenvolver um processo de gestão de riscos personalizado ao contextos interno e externo da Companhia.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos da CESP estabelece diretrizes e responsabilidades para a Gestão de Riscos da CESP, bem como orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão estratégica e em conformidade com as melhores práticas de mercado. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Além dos riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, a Companhia busca se proteger dos riscos relativos às suas atividades, como os riscos estratégicos, operacionais, hidrológicos e de mercado.

Na condução dos seus negócios, a Companhia monitora esses riscos e define estratégias para mitigar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política de Gestão de Riscos.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

Em 2019, a CESP reformulou todo seu programa de gestão de riscos, desenvolvendo uma nova metodologia e aumentando a integração da gestão de riscos à sua estrutura organizacional. Nesse contexto, foi desenvolvido um novo modelo para levantamento de riscos operacionais e estratégicos envolvendo toda a liderança da Companhia em discussões focadas em cada área.

Com a implementação da nova matriz de riscos da Companhia, a identificação e a mitigação de riscos passaram a ser realizadas pelos responsáveis das respectivas áreas de negócio sob supervisão e gestão da Diretoria Estatutária da Companhia.

Após a sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

parametrizada de acordo com as seguintes características: categoria; processo; unidade; criticidade; descrição detalhada dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto com relação à Companhia e a terceiros; probabilidade de ocorrência/ e gestor do risco. A Diretoria Estatutária é responsável pela gestão e monitoramento da evolução, potenciais impactos, a probabilidade de ocorrência e as ações mitigatórias de cada risco.

A CESP adota, ainda, outros mecanismos para monitorar e mitigar determinados riscos, o que envolve a adoção de políticas e regulamentos internos, como o Código de Ética, que estabelece os padrões de comportamento esperados em todas as relações que envolvem a Companhia. Além disso, a Companhia criou a Linha Ética CESP, que foi implementada como um canal seguro e disponível para todos os públicos, suportado por um comitê de conduta, dedicado a analisar e tratar de quaisquer desvios eventualmente praticados por empregados e terceiros, frente aos padrões estabelecidos.

iii. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura para gerenciamento de riscos estratégicos e operacionais da CESP utiliza como base a ISO 31000 - Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, a qual atribui papéis e responsabilidades bem definidos ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria Estatutária, à Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e às Áreas de Negócio, conforme abaixo detalhado:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA) E COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE). Têm como principal responsabilidade auxiliar a Diretoria Estatutária na implementação da gestão de riscos conforme previsto na política de riscos da Companhia. São responsáveis por aprovar a estratégia de gestão de riscos e o apetite a riscos do negócio com base nos cenários interno e externo, garantir que a Companhia possua as ferramentas adequadas para gerir seus riscos e revisar a classificação dos eventos de riscos e suas ações mitigatórias.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA. É a principal direcionadora da cultura de riscos da Companhia. Ela deve revisar a identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, garantir a integração da gestão de riscos nos ciclos de gestão do negócio, acompanhar e revisar as ações mitigatórias para redução da exposição a riscos e definir os recursos, metas e diretrizes para o bom funcionamento da gestão de riscos.

DONOS DE RISCO (ÁREAS DE NEGÓCIO). São líderes com conhecimento técnico específico do negócio e capacitados pela área de gestão de riscos para gerir os riscos da Companhia. Eles são responsáveis por identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos de modo a reduzir o impacto e/ou criticidade dos riscos. Os donos de riscos possuem uma agenda periódica de gestão de riscos definida anualmente e podem ser convocados a apresentar os riscos de sua área à Diretoria estatutária, ao CAE ou ao CA.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

GERÊNCIA DE AUDITORIA INTERNA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE (AI e RCC). São responsáveis por coordenar o processo de gestão de riscos, bem como garantir o correto fluxo de informações e reporte na Companhia. Devem realizar a gestão de riscos conforme aprovado na política e desenvolver e aplicar as ferramentas, a estratégia, a metodologia e a cultura de gestão de riscos conforme aprovado pela Diretoria Estatutária, pelo CAE e pelo CA. Além disso, deve também desenvolver ferramentas e fornecer treinamentos que facilitem a disseminação da gestão de riscos dentro da Companhia.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui um Sistema de Controles Internos com diretrizes a serem observadas em todos os níveis corporativos, visando ao fortalecimento dos controles, de forma a aprimorar a governança, mitigar riscos e prevenir erros e possíveis fraudes.

O Sistema de Controles Internos da Companhia é definido como um processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e demais funcionários. Nesse processo, há um conjunto de normativos internos, incluindo as Políticas Corporativas, o Código de Ética, os Regimentos Internos, as Normas Gerenciais e os Procedimentos Operacionais, os quais estão disponíveis a todos os funcionários da Companhia e foram aprovados por alçada competente, com o propósito de garantir o desmembramento dos objetivos estratégicos e operacionais, além de reduzir a possibilidade de perdas financeiras e de danos à imagem institucional, aprimorar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais, bem como salvaguardar a conformidade com a legislação e regulamentação vigentes.

O Sistema de Controles Internos é periodicamente monitorado, revisado e atualizado, para que eventuais deficiências identificadas sejam pronta e integralmente corrigidas, para garantir sua efetividade e alinhamento às melhores práticas.

Os gestores da Companhia são responsáveis pelos controles internos dentro de suas atribuições delegadas e possuem atribuições para a tomada de ações de regularização de eventuais deficiências identificadas na performance dos controles.

Alinhado à estruturação de controles internos, todos os empregados e partes atuantes nos negócios da Companhia seguem as diretrizes do seu Código de Ética, que estabelece os padrões de comportamento esperados em todas as relações que envolvem a Companhia. A Linha Ética CESP está instaurada como um canal seguro e disponível para todos os públicos, suportado por um comitê de conduta, dedicado a analisar e tratar de quaisquer desvios eventualmente praticados por empregados e terceiros, frente aos padrões estabelecidos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Descrição da Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado****a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não adota uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto, a Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, em 5 de agosto de 2019, e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, traz o processo de gerenciamento de riscos aos quais a Companhia está exposta de uma maneira geral, incluindo dos riscos de mercado.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial, dentre os quais destacam-se:

- Risco cambial: compreende o risco decorrente da exposição da Companhia à variação de moeda estrangeira conforme previsto nos contratos de venda de energia.
- Risco de taxa de juros / inflação: trata-se do risco de elevação das taxas de juros e da inflação que podem acarretar o aumento das despesas financeiros relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.
- Risco de crédito: trata-se do risco de inadimplência de clientes devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia é parte em contratos de venda de energia, que possuem cláusula de ajuste vinculada à cotação do dólar norte americano. Para se proteger de uma possível variação cambial abrupta que possa impactar a preço de venda de energia pactuado em tais contratos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção patrimonial. A Companhia não tem como prática a utilização de instrumentos financeiros derivativos para proteção contra a variação de taxa de juros e inflação.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos *Non Deliverable Forward* (NDF), como instrumento de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio decorrente de contratos de venda de energia com cláusula de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

ajuste vinculada à taxa do dólar.

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros, taxas de inflação e câmbio, os quais são constantemente monitorados pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração. No entanto, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia, a administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos específico para nenhum desses riscos. Na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam diretamente de modo relevante as atividades da Companhia e não representam impactos negativos relevantes em seus resultados.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para fins que não sejam proteção (*hedge*).

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura para gerenciamento de riscos de mercado na CESP encontra-se subordinada à Diretoria Financeira, garantindo independência no suporte às tomadas de decisões comerciais e suportando a gestão do balanço energético.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As áreas responsáveis para atuar na gestão dos riscos mencionados adotam mecanismos e procedimentos de monitoramento contínuos e normas e procedimentos, além de práticas reconhecidamente de mercado, que buscam mitigar os riscos e atuar na prevenção de sua materialização.

A administração da Companhia acredita que a estrutura operacional e de controle internos da Companhia está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Descrição dos Controles Internos

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia estabelece atribuições e responsabilidades aos seus órgãos societários e áreas de negócios, incluindo o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria Estatutária, a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e o sistema de controles internos da Companhia ("Sistema de Controles Internos"), visando, entre outros, à verificação e estrita observância dos processos relacionados aos controles internos da Companhia.

O Sistema de Controles Internos consiste em um processo estruturado com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, de modo a assegurar a conformidade com as legislações, regulamentações vigentes e documentos normativos internos da Companhia, incluindo Políticas Corporativas, o Código de Ética, Regimentos Internos, Normas Gerenciais e Procedimentos Operacionais, com o intuito de (i) reduzir a possibilidade de perdas financeiras e de danos à imagem institucional da Companhia, (ii) aprimorar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais da Companhia, (iii) fortalecer os controles internos e procedimentos de governança da Companhia, e (iv) mitigar potenciais riscos e prevenir erros e possíveis fraudes.

O Sistema de Controles Internos é constantemente monitorado, revisado e atualizado, para que eventuais deficiências identificadas sejam corrigidas, garantindo a continuidade de suas melhores práticas. A área de Controles Internos da Companhia compreende a área de Riscos, Controles e Compliance que se reporta diretamente ao Diretor Presidente da Companhia.

b. estruturas organizacionais envolvidas

O conjunto de procedimentos de controles internos da Companhia é desempenhado e monitorado por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria Estatutária e a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance ("Gerência AI e RCC"), bem como as áreas de negócios.

Cabe ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos da Companhia validando as ações cabíveis para mitigação das falhas encontradas.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de caráter consultivo e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

independente, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e supervisão: (i) dos processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros; (ii) dos processos de controles internos, avaliação e monitoramento de riscos e gerenciamento de compliance; (iii) das atividades dos auditores internos e auditores externos independentes; e (iv) dos assuntos pertinentes ao Código de Ética.

A Gerência de AI e RCC são responsáveis por (i) estruturar os processos a serem desempenhados no tocante aos controles internos, (ii) aplicar as ferramentas, a estratégia e a metodologia de controle, conforme aprovado pela Diretoria, e (iii) garantir o correto fluxo de informações e reporte na Companhia. Ademais, devem também desenvolver ferramentas e fornecer treinamentos que facilitem a aplicação e fiscalização dos controles de mitigação de riscos dentro da Companhia. Ainda, atuam na operacionalização dos padrões de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance homologados pela Administração, bem como são responsáveis pela auditoria interna, com a verificação da efetividade no cumprimento de regras internas e externas.

A Companhia também conta com uma estrutura de auditoria interna, subordinada funcionalmente ao diretor presidente, com independência de atuação e comunicação junto ao Comitê de Auditoria Estatutário em todas as áreas, processos e sistemas que avalia a adequação dos controles internos de modo abrangente.

As Áreas de Negócios são responsáveis por identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos de modo a reduzir o impacto e/ou criticidade dos riscos.

Por fim, o Conselho Fiscal da Companhia é um órgão de caráter não permanente, cuja competência é, dentre outros, fiscalizar as ações praticadas pelos administradores da Companhia, opinar sobre as suas contas (incluindo as demonstrações financeiras e modificações de capital) e acompanhar os trabalhos realizados pelos auditores independentes, inclusive quanto aos apontamentos de eventuais deficiências nos controles internos.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Sistema de Controles Internos possui comunicação direta com a Diretoria, além de compartilhar resultados de suas avaliações em reuniões periódicas, as quais participam os gestores responsáveis pelos controles, bem como mantém pautas ativas e recorrentes com o Comitê de Auditoria Estatutário demonstrando eventuais resultados.

A Diretoria possui papel ativo na disseminação de informações relativa aos controles

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

estabelecidos como necessários e sobre a importância em mantê-los atualizados e em constante observância.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna, bem como o acompanhamento dos planos de ação das áreas da Companhia sobre os pontos listados no relatório circunstanciado da auditoria independentes são apresentados para o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal, se instalado, e Conselho de Administração, com periodicidade trimestral.

Cabe, ainda, ressaltar a atuação do Conselho de Administração nesse processo, cujas responsabilidades previstas em regimento incluem:

- a) aprovar e/ou revisar o Código de Ética da Companhia e as eventuais políticas corporativas da Companhia, tais como, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Dividendos, a Política de Negociação de Valores Mobiliários e Divulgação de Informações, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Meio Ambiente, a Política de Indicação, a Política de Anticorrupção, a Política de Alçadas, entre outras;
- b) implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que a Companhia esteja exposta, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; e
- c) aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias, o qual, na Companhia, é denominado "Linha Ética CESP". A Linha Ética CESP é um instrumento relevante para receber críticas, dúvidas, reclamações e denúncias, contribuindo para o combate a fraudes e corrupção e para a efetividade e transparência na comunicação e no relacionamento da Companhia com as partes interessadas. A Linha Ética CESP é dotada de independência e confidencialidade, operando diretrizes de funcionamento definidas pela Diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração e garantindo o anonimato de seus usuários. Para mais informações sobre o canal de denúncias da Companhia, ver item 5.4(b) deste Formulário de Referência.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório de auditor independente

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências significativas de controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme descrito no item "d" acima, os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências significativas de controles internos durante o exercício social de 2019. Contudo, foram identificadas algumas deficiências que, embora não tenham gerado impactos na auditoria das demonstrações financeiras, foram objeto de sugestões para aperfeiçoamento por parte dos auditores independentes da Companhia. Nesse sentido, ressalta-se que a Diretoria da Companhia avalia e monitora trimestralmente eventuais deficiências apresentadas pelos auditores independentes e estabelece planos de ação para implementação das recomendações feitas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Mecanismos e procedimentos internos de integridade

- a. Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**
 - i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor**

As estruturas de Controles Internos, de Gestão de Riscos e de Compliance contemplam diretrizes relativas à integridade e endereçam procedimentos a serem observados em todos os níveis corporativos, visando ao fortalecimento da transparência nas relações internas e externas à CESP.

A Companhia aprovou seu novo Código de Ética, em 18 de março de 2019 e, ao longo do mesmo ano, estabeleceu todas as políticas corporativas aplicáveis à gestão pós-privatização, a saber, (i) Política de Alçadas; (ii) Política de Gestão de Riscos; (iii) Política de Comercialização de Energia; (iv) Política de Transações com Partes Relacionadas; (v) Política de Meio Ambiente; (vi) Política de Saúde e Segurança; (vii) Política de Negociação e Divulgação; (viii) Política de Seguros; (ix) Política Anticorrupção; e (x) Código de Ética.

Estes normativos foram aprovados pelo Conselho de Administração e passaram a compor as diretrizes fundamentais para a condução dos negócios, pela CESP e qualquer entidade que atue em seu nome.

O Comitê de Auditoria da CESP teve seu regimento revisado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2019. Atua de forma assídua na avaliação do planejamento e execução de auditorias internas, dos resultados de análises de Riscos, dos relatórios de efetividade de Controles Internos e do incentivo ao cumprimento das diretrizes de integridade.

A Linha Ética da CESP consolida-se como referência no reporte de relatos que infringem aos padrões de integridade definidos no Código de Ética. O canal está disponível 7 dias da semana, 24 horas por dia. Qualquer pessoa, interna ou externa à empresa (empregados, fornecedores, comunidade em geral, investidores e etc.), pode acionar a Linha Ética CESP para o envio de dúvidas relacionadas ao seu Código de Ética e também para denunciar irregularidades percebidas em seu ambiente de negócios. O canal pode ser acessado por um número de telefone gratuito - 0800 591 1609 ou via site - www.linhaeticacesp.com.br, de forma anônima ou identificada. As informações relatadas são recebidas e registradas por uma empresa externa, independente e especializada que, após tratamento inicial das informações, encaminha o conteúdo do relato para análise da área de Compliance da CESP, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Todos os relatos registrados na Linha Ética CESP são analisados pelo Comitê de Conduta, órgão executivo subordinado ao Conselho de Administração, dotado de total independência e autonomia. O Comitê de Conduta da CESP é composto por 3 (três) membros de reputação ilibada, com competências, experiências e habilidades complementares, escolhidos pelo Diretor Presidente e ratificados pelo Conselho de Administração.

A Política Anticorrupção exige o cumprimento de todas as leis que regem as situações de anticorrupção, em todos os locais em que a CESP atua. Estabelece as diretrizes para condução dos negócios da Companhia com integridade, ética, transparência e legalidade, de acordo com as leis e regulamentos vigentes, diante das situações que possam se caracterizar ou envolver eventuais atos de Corrupção, Fraude, Suborno e Lavagem de Dinheiro. Dentre as diretrizes definidas, estão abarcados os seguintes temas:

- Comprometimento com a Integridade
- Brindes, Presentes, Hospitalidades e Entretenimento
- Doações, Patrocínios e Contribuições
- Contratação de Terceiros e demais agentes privados
- Contratação de Empregados
- Fusões e Aquisições
- Pagamentos de Facilitação
- Integridade das Informações Contábeis e Financeiras

Todas as lideranças são incentivadas a cumprirem as diretrizes estabelecidas e contam com uma Área de Compliance como segunda linha de defesa, que orienta e atua no esclarecimento e definição de regras internas (normativos de nível tático/ operacional), para cumprimento dos requisitos definidos pela Administração.

Por fim, a CESP aprovou seu Programa de Compliance, definido como um conjunto de regras, padrões, ferramentas e procedimentos que, alinhados às diretrizes estratégicas, objetiva zelar pelo cumprimento das normas e regulamentos internos ou externos, pela aplicação dos padrões de conformidade, pelo engajamento de todos e pela constante conscientização sobre os padrões de conduta esperados pela Companhia. O Programa de Compliance CESP abrange todos os seus empregados, terceiros, parceiros e demais *Stakeholders* da Companhia.

O Programa de Compliance CESP é composto por 07 Pilares, 06 Funções e 06 Instrumentos que, formando um Framework interligado, consolida o escopo e os procedimentos necessários à conformidade integral de seus negócios. A seguir, a Composição do Programa de Compliance CESP:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Pilares:

- Leis e Regulamentos
- Licenças, Autorizações e Certificações
- Contratos e Acordos
- Relatórios Externos
- Defesa da Concorrência / Antitruste
- Prevenção a Perdas e Fraudes
- Prevenção à Corrupção

Funções

- Captura de Leis e Normas
- Gestão de Documentos Críticos
- Acultramento
- Linhas de Comunicação
- Monitoramento
- Gestão da Consequência

Instrumentos

- Observatório de Compliance
- Políticas e Procedimentos
- Educação e Treinamento
- Canal de Ouvidoria
- Sistemas de Monitoramento de Obrigações
- Orientações disciplinares e medidas corretivas

A implantação do Programa de Compliance da CESP foi iniciada pelo Pilar Prevenção à Corrupção. A continuidade de todo o escopo está prevista para os próximos dois anos, levando-se em conta o nível de priorização definido pela Administração.

ii. Estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

As seguintes estruturas organizacionais da Companhia estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

- Comitê de Auditoria Estatutário

A Companhia possui também um Comitê de Auditoria Estatutário, cuja criação foi aprovada em Conselho de Administração, assumindo competências diversas em relação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

à Integridade: (i) monitorar o planejamento e resultado das Atividades da Auditoria Interna; (ii) garantir que a Auditoria Interna e a Auditoria Externa desempenhem seu trabalho a contento; (iii) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, além de supervisionar a qualidade e adequação de seus serviços à Companhia; (iv) supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controles internos e de elaboração das demonstrações financeiras; (v) monitorar a observância das leis, dos atos normativos, dos órgãos fiscalizadores e reguladores, das políticas e diretrizes internas e demais regulamentos, bem como o envolvimento da Diretoria na consecução desse objetivo; (vi) avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia; (vii) zelar pelo cumprimento do Código de Ética e da efetividade da Linha Ética.

- Comitê de Conduta

Dentre outras responsabilidades, compete ao Comitê de Conduta avaliar casos de violação ao Código de Ética CESP e deliberar sobre as ações a serem tomadas, estabelecer sanção a atos faltosos, garantir sigilo das denúncias e imparcialidade dos julgamentos, estimular o comprometimento dos empregados e da alta direção com os mais altos padrões de integridade. As deliberações do Comitê de Conduta zelam pela independência, sigilo e imparcialidade e condenam qualquer forma de discriminação, retaliação ou represália aos denunciantes e aos envolvidos em eventuais averiguações.

- Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (Gerência de AI e RCC)

Atua na operacionalização dos padrões de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance homologados pela Administração, como segunda linha de defesa.

Também responde pela auditoria interna, com a verificação da efetividade no cumprimento de regras internas e externas, cumprindo seu papel de terceira linha de defesa da CESP. A Gerência de AI e RCC reporta-se ao Diretor Presidente da CESP.

iii. Código de ética ou de conduta formalmente aprovado:

A Companhia adota o Código de Ética, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 18 de março de 2019, e que estabelece o padrão de comportamento esperado de seus profissionais e formaliza o seu compromisso com os valores e princípios da Companhia, de modo a orientar a tomada de decisões que têm implicações éticas e que podem, eventualmente, afetar a reputação da Companhia.

Estabelece ainda a forma de administrar conflitos; enfatizar a importância e a necessidade de contínuo aprimoramento cultural e profissional de todos os envolvidos; incentivar o relacionamento construtivo com outras entidades, fornecedores, clientes, credores, investidores, autoridades e comunidades e com seus próprios administradores,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

conselheiros fiscais e empregados, elevando o nível de confiança nas relações internas e externas; preservando a imagem e a reputação da Companhia, sempre associada a valores indispensáveis para um relacionamento de alto nível.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética da Companhia aplica-se igualmente aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de Comitês, diretores, empregados, contratados e aqueles que estejam, direta ou indiretamente, relacionados com a Companhia. Todos devem tomar conhecimento de seu conteúdo no momento de sua vinculação com a Companhia, assinar o termo de compromisso e se comprometer a assegurar que suas ações estejam alinhadas aos seus princípios e valores.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os empregados e administradores da Companhia foram convidados a participar do evento de lançamento do novo Código de Ética, conforme atualizado em março de 2019, e da nova Linha Ética CESP, ocorrido em maio de 2019.

Em outubro de 2019, a liderança da CESP foi engajada em um Workshop com a consultoria Deloitte que tratou de Elaboração, Controle e Gestão de Normativos, dando início à revisão das normas internas da Companhia.

Em novembro de 2019, foi realizado um Workshop Anticorrupção com empregados da CESP, ministrado por um profissional de referência no mercado de consultoria, que tratou do tema “Perfil Ético dos Profissionais Brasileiros”.

Em conjunto com a área de Recursos Humanos, a Companhia estabeleceu um Plano formal de Treinamento de Compliance e um Plano de Comunicação de Compliance, visando à educação e comunicação continuada do Programa de Compliance aprovado pela Administração.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Ética da CESP prevê que seu descumprimento é considerado conduta inadequada e que pode levar a uma medida disciplinar. Todas as denúncias e comunicações encaminhadas via canal de denúncias são recebidas e apuradas pela área de Compliance. Caso tenha ocorrido uma violação, eventual medida disciplinar ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

corretiva será determinada por meio de consulta com os devidos especialistas, incluindo os departamentos Jurídico, de Compliance e de Recursos Humanos da Companhia.

A aplicação de medidas corretivas depende da gravidade da violação e de outras circunstâncias relevantes.

As medidas disciplinares podem compreender (i) advertência verbal ou por escrito; (ii) suspensão; ou (iii) demissão com ou sem justa causa. Os casos de aplicação da gestão de consequências servem para embasar o Comitê de Conduta a tomar medidas semelhantes para os casos tratados.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética da CESP teve sua última atualização aprovada pelo Conselho de Administração da CESP em 18 de março de 2019 e, no início de maio, foram realizados eventos com palestras e treinamento em todas as unidades da empresa para o lançamento do novo documento e também para o lançamento da Linha Ética, o canal para o envio de dúvidas relacionadas ao Código de Ética e denúncias de irregularidades.

O Código de Ética está disponível na intranet, no website da Companhia: www.cesp.com.br, no website de Relações com Investidores da CESP (ri.cesp.com.br) e no website da CVM (www.cvm.gov.br). Todos os empregados recebem a versão impressa do documento e assinam um termo de ciência do seu conteúdo.

b. Canal de denúncia:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Conforme detalhado no item (i), o canal de denúncias é operado por um terceiro, a ICTS Auditoria e Consultoria em Gestão de Riscos e Compliance, especializada na operação de canais dessa natureza. Denominado "Linha Ética CESP", o canal está disponível os 7 dias da semana, 24 horas por dia. Qualquer pessoa, interna ou externa à Companhia pode acessar a Linha Ética CESP. O canal pode ser acessado por um número de telefone gratuito - 0800 591 1609 - ou via site - www.linhaeticacesp.com.br.

Todos os relatos são recebidos pela Área de Compliance e levados ao Comitê de Conduta da CESP, para as devidas tratativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**c. Procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia entende que caso venha a participar de processos de fusão, aquisição ou reestruturações societárias, seguirá a prática de mercado e contratará assessores jurídicos e financeiros com reconhecida qualidade técnica e alta reputação de mercado para realização de processos de *due diligence* que possibilitem uma visão global ou pontual sobre os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, societários, trabalhistas, bem como mapear eventuais riscos aos quais tais sociedades estariam expostas.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, considerando que, como descrito nos itens anteriores, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Alterações significativas

Em janeiro de 2020, a Companhia iniciou, por meio de sua controlada, suas operações de comercialização de energia, com o objetivo de obter resultados decorrentes da variação entre o valor justo da *commodity* e o valor verificado no mercado. O valor justo é analisado por meio de cenários que podem influenciar o preço futuro da energia e por meio de cotações de preços realizadas no mercado de balcão. O resultado da atividade de comercialização é verificado por meio da diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações em aberto da companhia.

Em razão disto, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a esse tipo de atividade, dentre os quais destacam-se (i) a exposição à variação dos preços de mercado da energia; (ii) a inadimplência por parte de certos agentes de mercado; e (iii) o desequilíbrio entre a geração de energia e o volume das contratações realizadas.

Os riscos relacionados à atividade de comercialização de energia são constantemente monitorados pela Comissão de Comercialização de Energia, órgão interno da Companhia que possui como principal atribuição a identificação, gestão e implementação de procedimentos para mitigar tais riscos. A Comissão de Comercialização de Energia adota e segue as diretrizes definidas na Política de Riscos de Mercado da Companhia e na Política de Comercialização de Energia, bem como utiliza dados de mercado e metodologias validadas por fontes especializadas para auxiliar na consecução de suas funções.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras informações relevantes

Não há informações adicionais relevantes referentes a esta Seção 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

i. condições financeiras

Em 2019

A produção de energia na CESP, em 2019, foi 3% inferior em relação ao ano de 2018. Essa redução foi motivada por uma afluência menor na região Sudeste, que conduziu o Operador Nacional do Sistema ("ONS") a praticar uma política de operação em que se manteve a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Mota ("UHE Porto Primavera") com geração reduzida grande parte do período seco para preservar o armazenamento dos reservatórios nas bacias dos rios Paranaíba e Grande.

Com relação às usinas de Paraibuna e de Jaguari ("UHE Paraibuna" e "UHE Jaguari"), a geração dessas usinas é função do controle de vazão na bacia do rio Paranaíba do Sul, onde o ONS define a vazão defluente dessas usinas para não violar as restrições hidráulicas à jusante do restante da bacia.

Em 2019, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 93,9%, com aumento em relação a 2018 quanto atingiu o nível de 93,7%, demonstrando de forma contínua a boa gestão da manutenção e, consequentemente, maior eficiência na gestão da disponibilidade das usinas em 2019.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP é consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando a eficiência na gestão da operação e manutenção de suas usinas.

A Receita Operacional Líquida em 2019 totalizou R\$1,6 bilhão, redução de R\$63 milhões (-4%) em relação a 2018, majoritariamente decorrente de:

- Energia de curto prazo: Redução de R\$48 milhões devido à nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinado com uma gestão otimizada dos recebíveis na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em decorrência da inadimplência sistêmica.
- Comercializadoras: Redução de R\$65 milhões devido ao término e redução de contratos existentes a fim de equacionar o balanço energético da Companhia.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Deduções e outras receitas: Redução de R\$35 milhões devido à alteração do regime da UHE Porto Primavera para Produtor Independente de Energia, deixando de incidir a Reserva Global de Reversão ("RGR") e passando a incidir o encargo de Uso de Bem Público ("UBP").
- Distribuidoras: Aumento de R\$19 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Em 2019, o EBITDA ajustado foi de R\$752 milhões e margem EBITDA de 48%, aumento de R\$249 milhões em relação ao ano de 2018.

O aumento no EBITDA ajustado é explicado, principalmente, pela redução nos custos e despesas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

advindos majoritariamente da redução no custo com energia comprada e demais custos e despesas gerenciáveis parcialmente compensada pela redução na receita devido a nova estratégia de gestão do balanço energético da Companhia.

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2019 era de R\$1.791 milhões contra R\$216 milhões ao final de 2018. O aumento no endividamento decorre da 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera, com remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano, sendo que o pagamento da remuneração será realizado semestralmente e o principal terá prazo de vencimento em 2025. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida era de 4,4 anos. A dívida bruta está alocada em moeda nacional e indexada ao CDI.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2019 era R\$741 milhões¹ contra R\$411 milhões em dezembro de 2018. A dívida líquida² em 31 de dezembro de 2019 era de R\$1.010 milhões

(1) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora | (2) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora, empréstimos e financiamento, arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos

Os indicadores econômico-financeiros da CESP tiveram certa variação, explicado, principalmente, pela emissão das debêntures em 2019 o que aumentou a participação da capital de terceiros. Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2017	2018	2019
Endividamento do Ativo.....	0,36	0,31	0,45
Participação de Capital de Terceiros..	0,56	0,45	0,81
Liquidez Corrente.....	0,91	0,97	1,07

Em 2018

A garantia física bruta da CESP no ano de 2018 foi de 1.002,6 MW médios, comercializados (i) no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), com 32 empresas distribuidoras e (ii) no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), com 5 clientes livres e 3 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE.

As condições hidrológicas bastante desfavoráveis, em 2018, fizeram com que as usinas hidrelétricas do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) fossem despachadas aquém de suas garantias físicas durante grande parte do ano, resultando em *Generation Scaling Factor* (“GSF”), condição em que os geradores do MRE devem arcar com o déficit entre geração e garantia física. Esta diferença é valorada ao PLD (Preços de Liquidação das Diferenças) que determina os preços do mercado de curto prazo e é a base para o Mercado Livre de Energia.

As receitas operacionais de 2018 alcançaram R\$1.927,3 milhões, com aumento de 10,1% em relação ao exercício de 2017, resultado, principalmente, do crescimento de 17,2% nas vendas no ambiente de contratação livre e de 119,3% no faturamento de energia disponível comercializados no âmbito da CCEE.

As operações da Companhia propiciaram EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$502,7 milhões ajustado por provisões para riscos legais e reversão de provisão para redução ao valor

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

recuperável, representando aumento de 29,3% quando comparado ao exercício anterior.

A operação de transferência de controle da Companhia teve origem no âmbito do procedimento licitatório disciplinado pelo Edital n.º SF 001/2018 do Governo do Estado de São Paulo, datado de 6 de julho de 2018 ("Edital Desestatização").

No Edital Desestatização foram estabelecidas as regras e os procedimentos aplicáveis à alienação de 116.450.219 (cento e dezesseis milhões, quatrocentas e cinquenta mil e duzentas e dezenove) ações de emissão da Companhia, sendo 87.521.950 (oitenta e sete milhões, quinhentas e vinte e um mil, novecentas e cinquenta) ações ordinárias, e 28.928.269 (vinte e oito milhões, novecentas e vinte e oito mil, duzentas e sessenta e nove) ações preferenciais classe B, então detidas pelo Estado de São Paulo ("Estado") e por sociedades sob seu controle ("Vendedores").

Em 19 de outubro de 2018, ocorreu o leilão das ações da Companhia, no qual se sagrou vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A. ("SF 92"), na proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada uma das consorciadas.

Em 10 de dezembro de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre, de um lado, a VTRM e a SF 92, na qualidade de compradoras e, de outro lado, os Vendedores, que teve como objeto a aquisição de 87.521.950 (oitenta e sete milhões, quinhentas e vinte e um mil e novecentas e cinquenta) ações ordinárias e 28.928.269 (vinte e oito milhões, novecentas e vinte e oito mil, e duzentos e sessenta e nove) ações preferenciais classe B detidas pelos Vendedores, representativas de 35.56% (trinta e três inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) das ações de emissão da Companhia ("Primeira Tranche de Ações do Leilão").

Em 11 de dezembro de 2018, ocorreu a liquidação da Primeira Tranche de Ações do Leilão, por um valor atualizado de R\$ 1.721.438.655,49 (um bilhão, setecentos e vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), correspondente a R\$14,78 (quatorze reais e setenta e oito centavos) por ação ("Preço de Aquisição"). Dessa forma, em 11 de dezembro de 2018, foi verificada a efetiva transferência do controle acionário da Companhia para o Consórcio.

De acordo com o Edital Desestatização, os Vendedores destinaram 16.375.710 (dezesseis milhões, trezentas e setenta e cinco mil, setecentas e dez) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações ON") para aquisição pelos empregados da Companhia, no âmbito de oferta a eles destinada ("Oferta aos Empregados"). Pelas regras do Edital Desestatização, eventuais Ações ON que não fossem adquiridas na Oferta aos Empregados deveriam ser obrigatoriamente adquiridas pelo vencedor do Leilão, conforme cronograma previsto no Edital Desestatização.

Em 2 de janeiro de 2019, a comissão organizadora do Leilão enviou comunicação à Companhia informando que, no âmbito da Oferta aos Empregados, foram adquiridas pelos empregados um total de 1.805.906 (um milhão, oitocentos e cinco mil, novecentas e seis) Ações ON. Por conseguinte, a fim de cumprir as regras do Edital Desestatização, VTRM e SF 92, na qualidade de integrantes do Consórcio, ficaram adstritas a adquirir as Ações ON objeto da Oferta aos Empregados remanescentes ("Segunda Tranche de Ações do Leilão").

Dessa forma, em 7 de janeiro de 2019, em cumprimento ao previsto no Edital Desestatização, VTRM, direta e indiretamente por meio da SF 92, realizou a liquidação da Segunda Tranche de Ações do Leilão, adquirindo as

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

14.569.804 (quatorze milhões, quinhentas e sessenta e nove mil, oitocentas e quatro) Ações ON remanescentes, conforme segue: (a) SF 92 adquiriu 7.284.901 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentas e uma) Ações ON, pelo montante total de R\$ 105.048.221,95 (cento e cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e cinco centavos); e (b) VTRM adquiriu 7.284.903 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentas e três) Ações ON de emissão da Companhia, pelo montante total de R\$ 105.048.243,58 (cento e cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Como resultado da operação, o METRO, a DERSA, a SABESP, a DAEE, a CPP e o Estado deixaram de deter quaisquer ações de emissão da Companhia, a VTRM se tornou titular de 51.045.878 ações ordinárias e de 14.464.135 ações preferenciais classe B, representativas de, aproximadamente, 20% do capital social total da Companhia, e a SF 92 se tornou titular de 51.045.876 ações ordinárias e de 14.464.134 ações preferenciais classe B, representativas de aproximadamente 20% do capital social total da Companhia.

A CESP encerrou o exercício em 2018 com Disponibilidades de R\$410,9 milhões.

Os indicadores econômico-financeiros da CESP não tiveram variações significativas nos exercícios sociais de 2016 a 2018, com a manutenção da capacidade para liquidar suas obrigações, redução do endividamento e menor participação de capital de terceiros. Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2016	2017	2018
Endividamento do Ativo.....	0,37	0,36	0,31
Participação de Capital de Terceiros..	0,59	0,56	0,45
Liquidez Corrente.....	0,98	0,91	0,97

Em 2017

Em 2017 foram comercializados 1.058 MW médios, sendo 230 MW médios no ACR, e 828 MW médios no ACL.

O faturamento da CESP com a comercialização de energia em 2017 foi de R\$ 1.746,7 milhões, uma redução de 14,6% sobre os R\$ 2.045,9 milhões auferidos no ano de 2016, que incluiu R\$ 385,3 milhões relativo ao período de "operação assistida" das usinas Ilha Solteira e Jupia, no regime de cotas, até 30/06/2016. Desse total, R\$ 1 mil foi receita auferida pela venda de energia do regime de cotas e R\$ 1.745,7 milhões foram provenientes de contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre. Adicionalmente, registrou R\$ 3,2 milhões em outras receitas, decorrente de contratos de prestação de serviços. Após as Deduções à Receita de R\$ 273,3 milhões, em 2017 a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1.476,6 milhões.

As operações da Companhia propiciaram EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$ 388,8 milhões ajustado por provisões para riscos legais e reversão de provisão para redução ao valor recuperável, representando redução de 57,2% quando comparado ao exercício anterior.

O setor hidroelétrico brasileiro, observado o comando centralizado do ONS, foi mais uma vez impactado pelo período de escassez hidrológica, exigindo que o ONS despachasse volume expressivo de energia de origem térmica, em prejuízo da produção hidráulica. O fator GSF, que mede a relação entre a produção nacional efetiva das usinas hidráulicas em relação à sua garantia física, registrou 79,3% em 2017 (86,9% em 2016), o que, associado a elevados Preços de Liquidação das Diferenças – PLD, onerou a Companhia, resultou em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

despesas de compra de energia e afetou seus resultados.

A CESP iniciou o ano de 2017 sob o andamento dos estudos contratados pelo seu acionista controlador em dezembro de 2016 para sua avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda de seu controle acionário, no processo de desestatização do Estado de São Paulo.

Os estudos e tratativas foram realizados e o leilão de venda marcado, sendo que em 14 de setembro de 2017 o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) deliberou suspender o processo de alienação do controle acionário da Companhia pelo prazo necessário à avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes.

Em 29 de janeiro de 2018, tendo em vista a publicação do Decreto federal nº 9.271/18, que permite que concessões de geração sejam prorrogadas por até 30 anos no contexto de uma privatização, o CDPED deliberou pela retomada do processo de transferência do controle acionário da CESP, ora em andamento.

A CESP encerrou o exercício de 2017 com Disponibilidades de R\$ 310,5 milhões, com condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

Os indicadores econômico-financeiros da CESP não tiveram variações significativas nos exercícios sociais de 2015 a 2017. A capacidade para liquidar suas obrigações foi mantida, houve redução do endividamento e menor participação de capital de terceiros.. Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2015	2016	2017
Endividamento do Ativo.....	0,39	0,37	0,36
Participação de Capital de Terceiros..	0,64	0,59	0,56
Liquidez Corrente.....	1,02	0,98	0,91

ii. condições patrimoniais

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e estão com 1.654,6 MW de capacidade instalada e 947,6 MW médios de garantia física de energia.

Em 23 de abril de 2019, o contrato de concessão de uso de bem público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL foi celebrado, regulando a exploração da UHE Porto Primavera por 30 anos, por meio do regime de Produção Independente de Energia Elétrica ("Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera"). A partir desta data, a garantia física da UHE Porto Primavera passa a ser de 886,8 MW médios, conforme determina a Portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME") nº 66/2018.

Em 03 de maio de 2017, por meio da Portaria MME nº 178, o Ministério de Minas e Energia efetuou a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional-SIN. A garantia física da CESP foi reduzida de 1.056,6 MW médios para 1.002,6 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Parque Gerador

Usinas Hidrelétricas	Entrada em operação	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Energia de Garantia Física (MW Médio)
Porto Primavera	1999	14	10,2	2.040	1.540	886,8
Paraibuna	1978	2	0,5	177	87	47,5
Jaguari	1972	2	1,0	56	27,6	13,3
Total		18	11,7	2.273	1.654,6	947,6

Descrição	2017	2018	2019
Imobilizado.....	6.592.199	6.356.617	6.305.943
Ativo Total.....	11.131.537	10.326.500	12.929.688
Imobilizado / Ativo total.....	59,16%	61,56%	48,77%

Em 2019, a redução da relação Imobilizado/Ativo total comparado a 2018 deve-se, principalmente, (i) ao aumento do Intangível pelo reconhecimento da Outorga e do UBP, devido ao novo Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera; e (ii) à constituição de impostos diferidos sobre diferenças temporárias conforme projeção de lucro tributável para os próximos 10 anos.

Em 2018, a elevação na relação Imobilizado/Ativo Total em relação a 2017 deu-se, principalmente, em virtude da redução do saldo da rubrica Caução e depósitos vinculados, face a acordo judicial realizado com o Prefeituras e Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em 30 de junho de 2018, com significativa redução do passivo, no saldo de Provisões para riscos legais.

Em 2017, a relação Imobilizado/Ativo Total manteve-se em linha com a apurada no exercício de 2016.

Usinas Ilha Solteira e Jupia

Por meio da Medida Provisória nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015.

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Energia de Garantia Física (MW Médio)
Ilha Solteira	1978	20	5,6	1.195	3.444	1.731,5
Jupia	1974	14	5,5	330	1.551,2	886
Total		34	11,1	1.525	4.995,2	2.617,5

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupia até o termo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2,0 milhões como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, “considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015”. Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia também ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Atualmente, após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos, os quais foram remetidos à segunda instância e aguardam julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização de ativos (ativo contingente), no montante de R\$810,8 milhões (Ilha Solteira – R\$ 506,3 milhões e Jupia – R\$ 304,5 milhões), sendo R\$ 230,0 milhões reconhecido durante o exercício de 2019, na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas, referentes à modernização e melhoria conforme resolução 596/2013 da ANEEL.

Em relação à este montante, importante ressaltar que em janeiro de 2019, a ANEEL determinou a abertura da Audiência Pública nº 003/2019, para aprimoramento da citada Resolução, com o objetivo de “Obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013”.

Por tal motivo, diante da incerteza que se tornou a homologação dos investimentos realizados, a Administração mudou a perspectiva de recuperabilidade dos saldos registrados a título de indenização com base na Resolução nº 596/2013 ANEEL, restando, apenas, os valores definidos em Portaria Interministerial – R\$ 2,0 milhões para Ilha Solteira.

Usina Três Irmãos

Durante 2014, a CESP operou a Usina Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) no regime de cotas até o dia 10 de outubro, quando se iniciou a concessão para o novo operador daquela usina, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A que, a partir dessa data, assumiu a responsabilidade pela sua operação.

Com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL no 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço:

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)
Três Irmãos	1999	5	3,6	785	811,45 (1)	217,5 (2)

(1) Capacidade Instalada Homologada no Despachô ANEEL nº 2.762 de 04/09/2012.

(2) Garantia Física definida na Portaria I nº 32, de 05/03/2013, do Ministério de Minas e Energia.

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do MME, para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2014, leilão para licitação de concessão da UHE Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria MME nº 214/13.

Em razão da determinação de nova licitação para operação da UHE Três Irmãos, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), foi definido o valor de indenização a ser pago à Companhia, "referenciado a preços de junho de 2012, para a UHE Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013". O valor de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717,4 milhões (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que, no entendimento da Companhia, fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da Companhia, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Assim, conforme mencionado no item 12.1, dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") nº 25, a Companhia constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811,7 milhões (valor controverso), passando a refletir adequadamente o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Atualmente, a questão está sendo discutida no âmbito judicial, estando o respectivo processo em fase de produção de provas.

Demonstração do Patrimônio Líquido R\$ mil

Descrição	2017	2018	2019
Capital Social	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Ajuste de Avaliação patrimonial	(997.645)	(976.752)	(948.623)
Outros resultados abrangentes	(370.669)	(380.301)	(895.886)
Reservas de lucros	578.348	554.588	1.084.883
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.114.565	7.102.066	7.144.905
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(168.528)	294.433	1.163.014

b. estrutura de capital**i. estrutura de capital****Em 2019**

A CESP possui uma estrutura de capital equilibrada, com Capital de Terceiros composto por 16,5% de obrigações de curto prazo e 83,5% de longo prazo.

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2019 era de R\$1.791 milhões contra R\$216 milhões ao final de 2018. O aumento no endividamento decorre da 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera, com remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano, sendo que o pagamento da remuneração será realizado semestralmente e o principal terá prazo de vencimento em 7 anos e carência de 3 anos. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida era de 4,4 anos. A dívida bruta está alocada em moeda nacional e indexada ao CDI.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2019 era R\$690 milhões contra R\$411 milhões em dezembro de 2018. Considerando o valor do caixa e o ajuste “Market to Market” dos instrumentos de derivativos, no montante de R\$39,9 milhões, a dívida líquida totalizou R\$1.101,1 milhões ao final de 2019.

Índice de Endividamento	2017	2018	2019
Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos....	388.684	215.636	1.791.333
Caixa e equivalente de Caixa ¹	(310.536)	(410.886)	(741.276)
Dívida Líquida.....	78.148	(195.250)	1.010.114²
Patrimônio Líquido.....	7.114.565	7.102.066	7.144.905
Índice de Endividamento Líquido	1,1%	-2,7%	15,4%

¹ Considera valor do aporte na CESP Comercializadora

² Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora, empréstimos e financiamento, arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos

Em 2018

A CESP possuía uma estrutura de capital equilibrada, com Capital de Terceiros composto por 27,4% de obrigações de curto prazo e 72,6% de longo prazo, apresentando uma redução do seu endividamento se comparado ao exercício social de 2017.

A dívida financeira, composta por Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$215,6 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 173 milhões (44,5%) se comparada com o exercício social de 2017, o que representava 2,2% em moeda nacional e 97,8% em moeda estrangeira. Ao final do ano de 2018, as Disponibilidades eram de R\$ 410,9 milhões, representando cerca de 190,6% do montante da dívida financeira.

Como pode ser observado no quadro a seguir, a CESP tem financiado suas operações, preferencialmente, com capital próprio, reduzindo, paulatinamente, o seu endividamento:

Índice de Endividamento	2016	2017	2018
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	651.545	388.684	215.636
Caixa e equivalente de Caixa.....	(504.029)	(310.536)	(410.886)
Dívida Líquida.....	147.516	78.148	(195.250)
Patrimônio Líquido.....	7.161.537	7.114.565	7.102.066
Índice de Endividamento Líquido	2,1%	1,1%	-2,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017

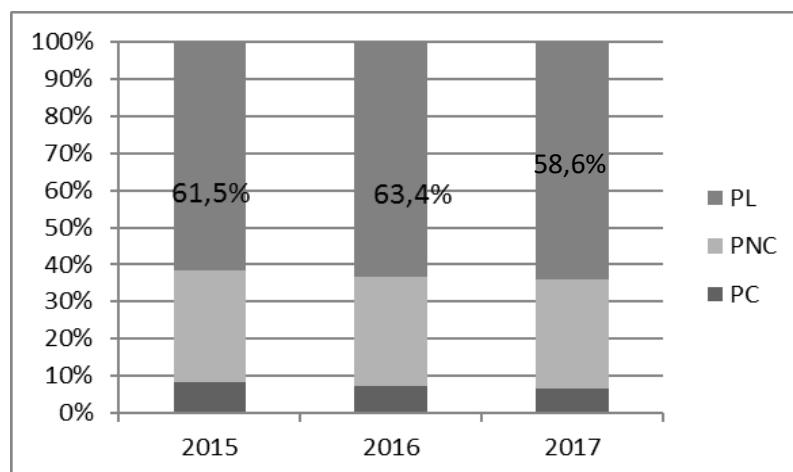
A CESP possuía, em 2017, uma estrutura de capital equilibrada, com capital de terceiros composto por 18,5% de obrigações de curto prazo e 81,5% de longo prazo, apresentando uma redução do seu endividamento quando comparado com o exercício social de 2016.

A dívida financeira, composta por empréstimos e financiamentos e FIDC atingiu R\$ 388,7 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 262,9 milhões (31,6%) quando comparada com o exercício social de 2016, estando agora representada por 2,5% em moeda nacional e 97,5% em moeda estrangeira. Ao final do ano, as Disponibilidades eram de R\$ 310,5 milhões, representando cerca de 79,9% do montante da dívida financeira.

Como pode ser observado no quadro a seguir, a CESP tem financiado suas operações, preferencialmente, com capital próprio, reduzindo, paulatinamente, o seu endividamento:

Índice de Endividamento	2015	2016	2017
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	1.192.031	651.545	388.684
Caixa e equivalente de Caixa.....	(548.553)	(504.029)	(310.536)
Dívida Líquida.....	643.478	147.516	78.148
Patrimônio Líquido.....	7.310.892	7.161.537	7.114.565
Índice de Endividamento Líquido	8,8%	2,1%	1,1%

O gráfico abaixo apresenta a distribuição percentual entre Patrimônio Líquido (PL) e capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante), sendo que a CESP tem demonstrado um PL maior do que o total de capital de terceiros.



c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2019

O fluxo de caixa livre em 2019 foi de R\$330 milhões, aumento de R\$230 milhões em relação ao ano de 2018, principalmente pelo desbloqueio de depósitos judiciais decorrente de acordo judiciais feitos durante o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

4T19, parcialmente compensado: (i) pela redução no capital de giro decorrente de PDV; (ii) crescimento no serviço da dívida em função da captação de R\$1,8 bilhão de debêntures; (iii) pagamento de contencioso; (iv) pagamento da outorga de Porto Primavera e (v) dividendos pagos.

Em 2019, ocorreu a 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera no montante total de R\$ 1,8 bilhão.

Em 2019, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 1,08 comparado com R\$ 0,97 em 2018.

Obrigações Financeiras:**Valores em R\$ mil**

Descrição	2017	2018	2019
Curto Prazo	204.532	214.556	4.586
Longo Prazo	184.152	1.080	1.786.747
DÍVIDA BRUTA	388.684	215.636	1.791.333
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(310.536)	(410.886)	(690.276)
DÍVIDA LÍQUIDA	78.148	(195.250)	1.101.057

Em 2018

A Companhia vem apresentando consistente geração de caixa medida pelo método "EBITDA Ajustado" que atingiu, em 2018, R\$502,7 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos.

A Companhia acessou o mercado de capitais ao final de 2018 para estruturação de operação de debêntures, com vistas ao levantamento de recursos para o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera, devida a partir da assinatura do novo contrato de concessão. A conclusão da operação ocorreu no início de 2019, com a captação de R\$1,8 bilhão.

Em 31.12.2018, a dívida financeira ficou em R\$ 215 milhões, inferior à posição de 2017 que era de R\$ 388 milhões. Essa redução decorreu principalmente das amortizações, apesar da valorização do dólar em 17,13 durante o ano, sobre a dívida em moeda estrangeira.

Em 2018, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 0,97 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 1,22. Em 2017, o índice de liquidez corrente era de R\$ 0,91 e o índice de liquidez geral de R\$ 1,13.

Em 2017

A Companhia tem baixo custo operacional e vem apresentando consistente geração de caixa medida pelo método "EBITDA Ajustado" que atingiu, em 2017, R\$392,2 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos.

A dívida financeira ficou em R\$388 milhões, em 31.12.2017, inferior à posição de 2016 que era de R\$ 651 milhões. Essa redução decorreu principalmente das amortizações e da desvalorização do dólar de 1,5% durante o ano, sobre a dívida em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 0,91 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 1,13. Em 2016, o índice de liquidez corrente era de R\$ 0,97 e o índice de liquidez geral de R\$ 0,58.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia, além dos programas ativos relacionados no subitem (f) a seguir, já utilizou operações de mercado de capitais, tal como emissão de dívida, como fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo emitido por 11 vezes debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia, sendo que 10 (dez) delas já foram quitadas.

De forma pioneira, a Companhia também lançou programa de CTEE's - Certificados a Termo de Energia Elétrica, que se diferenciava das Debêntures pelo seu lastro em energia elétrica (megawatt/hora). Foram 9 emissões, todas também já resgatadas. A Companhia também realizou 4 emissões de Fundo de investimento de Direito Creditórios, lastreados em recebíveis de contratos de venda de energia, todas já quitadas.

No mercado internacional foram emitidas 8 séries do Programa de Notas de Médio Prazo (Medium Term Notes MTN) iniciado em 2001, última série em vigor (8ª), foi totalmente liquidada em 15/01/2015.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não possui contratos de financiamento em aberto para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes. Possui somente debêntures emitidas em 2019 realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera.

Caso haja necessidade de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia poderá acessar o mercado financeiro e adotar a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos, prazos e disponibilidades. Para investimento poderão ser utilizadas fontes de recursos compatíveis com as condições e as taxas de retorno de cada projeto.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimos relevantes**

A tabela a seguir contempla a composição dos compromissos financeiros da Companhia em 31/12/2017, 31/12/2018 e 31/12/2019:

Dívida Financeira

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2018	2019
MOEDA ESTRANGEIRA	378.777	210.882	-
BNDES	377.764	209.743	-
Outras Instituições	1.013	1.139	-
MOEDA NACIONAL	9.907	4.754	1.784.125
Debêntures	-	-	1.784.092
ELETROBRÁS	9.907	4.754	33

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Arrendamento Mercantil	-	-	7.208
TOTAL	388.684	215.636	1.791.333

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com instituições financeiras de acordo com as práticas do mercado. Contudo, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas neste formulário de referência para os últimos três exercícios sociais.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, as dívidas com garantia real têm prioridade de recebimento sobre as demais dívidas da Companhia, até o limite do bem gravado, em observância ao previsto na legislação vigente.

No prospecto da operação do FIDC IV havia previsão de que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, seria considerado como Evento de Avaliação, podendo resultar em Evento de Liquidação. Este contrato foi liquidado em maio de 2017, e não houve utilização deste mecanismo durante sua vigência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo suas restrições.

A escritura de emissão das debêntures determina que a Companhia deverá apresentar, anualmente, um índice financeiro de Dívida Financeira Líquida / EBITDA ajustado menor ou igual a 3,50x, obrigação aplicável a partir das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o não cumprimento justificará o vencimento antecipado das debêntures. Caso ocorra a não observância do critério, o agente fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas dentro de dois dias úteis. Em 31 de dezembro de 2019, todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais da escritura de emissão estavam devidamente cumpridas pela Companhia.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não aplicável, pois a Companhia não possui limites em aberto em seus financiamentos nos 3 últimos exercícios sociais.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Em 2019**

Apresentamos abaixo os saldos das contas de resultado de 2019 e respectivas variações:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2019	2018 (Reapresentado)	Variação %
Receita líquida	1.571.296	1.634.110	-4%
Custo do serviço de energia elétrica	(1.092.015)	(1.232.279)	-11%
Custo com energia elétrica	(667.717)	(866.112)	-23%
Custo com operação	(424.298)	(366.167)	16%
Lucro bruto	479.281	401.831	19%
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(263.157)	(182.194)	44%
Outras receitas operacionais, líquidas	267.282	439.516	-39%
	4.125	257.322	-98%
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	483.406	659.153	-27%
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	102		0%
	102		
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	74.259	75.704	-2%
Despesas financeiras	(418.504)	(398.207)	5%
Variações cambiais, líquidas	(2.809)	(52.364)	-95%
	(347.054)	(374.867)	-7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	136.454	284.286	-52%
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos	1.026.560	10.147	10017%
Lucro líquido do exercício	1.163.014	294.433	295%
Lucro básico por ação, em reais	3,55	0,90	295%

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida, em 2019, totalizou R\$1,6 bilhão, redução de R\$63 milhões (-4%) em relação a 2018, majoritariamente decorrente de:

- Energia de curto prazo: Redução de R\$48 milhões devido à nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.

- Comercializadoras: Redução de R\$65 milhões devido ao término e redução de contratos existentes, a fim de equacionar o balanço energético da Companhia.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Deduções e outras receitas: Redução de R\$34 milhões devido à alteração do regime da UHE Porto Primavera para Produtor Independente de Energia, deixando de incidir RGR e passando a incidir UBP.

- Distribuidoras: Aumento de R\$19 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.088 milhões em 2019, aumento frente a despesa de R\$975 milhões registrada em 2018.

Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

- Provisão de litígios: em 2019, ocorreu reversão de provisão no valor de R\$332 milhões, em linha com a estratégia de revisão constante dos prognósticos de risco dos processos judiciais e dos valores em discussão, em complementação à própria estratégia processual de redução do contingente passivo. Em 2018, a reversão de provisão foi no montante de R\$410 milhões.

- Efeitos não recorrentes: Inclui ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015 e gastos com PDV de R\$111 milhões, compensado parcialmente, pela reversão de *impairment* do ativo imobilizado no montante de R\$120 milhões referente a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2019, contra reversão de R\$63 milhões ocorrida em 2018.

- Efeitos não caixa: Inclui depreciação, amortização, provisões de almoxarifado e reversão da provisão para PIS e COFINS sobre depósitos judiciais. Em 2019, o montante foi de R\$366 milhões e em 2018 foi de R\$303 milhões.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais de 2019 totalizaram R\$834 milhões, queda de 27% em relação a 2018, quando reportou R\$1.145 milhões, decorrente da redução de 28% no custo de energia comprada, 21% em pessoal e administradores e 23% em serviços de terceiros, materiais e aluguéis.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2019 registrou despesa de R\$347 milhões comparado a despesa de R\$375 milhões apresentada de 2018. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- Encargos de dívidas: Aumento decorrente do reconhecimento das obrigações da 11ª emissão de Debêntures, no montante de R\$1,8 bilhão, desembolsada em janeiro de 2019.

- Atualização do saldo de provisão para litígios: Redução de R\$90 milhões, decorrente da menor atualização do saldo de provisão para litígios.

- Variação cambial: Redução de R\$49 milhões em variação cambial decorrente dos pagamentos de principal e juros da dívida com o BNDES indexada a variação cambial realizados durante o ano de 2019.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2019, o lucro líquido atingiu R\$1,2 bilhão, crescimento de R\$869 milhões em relação ao ano de 2018. A evolução do resultado líquido decorre, principalmente pela:

- Provisão para Litígios: em 2019, houve reversão de provisão para litígios no montante de R\$332 milhões, em comparação à reversão verificada em 2018, no montante de R\$410 milhões, decorrente, principalmente, do acordo extrajudicial com o Ministério Público e Prefeituras de Mato Grosso do Sul no montante de R\$405 milhões contabilizados no 2T18.

- Impairment: reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de R\$120 milhões em 2019 (vs. R\$63 milhões em 2018). A Companhia constatou que o valor contábil da UHE Jaguari se encontrava acima do seu valor justo, sendo reconhecido a perda, enquanto a UHE Porto Primavera apresentou recuperação de seu valor, frente à provisão contabilizada até 2018.

- Ajuste ativo contingente: redução de R\$230 milhões decorrente do ajuste do ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia, devido ao reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015.

- IR e CS diferidos: constituição de IR e CS diferidos no montante de R\$1 bilhão decorrente da expectativa de realização de lucro tributável nos próximos anos, conforme projeções da Companhia. A constituição refere-se, principalmente, às seguintes diferenças temporárias: (i) provisão para litígios; (ii) provisão de impairment; (iii) provisão para ativo contingente de Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia.

Apresentamos abaixo os saldos das contas patrimoniais de 2019 e respectivas variações:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2019	2018	Variação %
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	690.276	410.886	68%
Instrumentos financeiros derivativos	18.718		n/m
Contas a receber	198.930	240.802	-17%
Tributos a recuperar	8.357	79.203	-89%
Despesas antecipadas	11.186	15.580	-28%
Outros ativos	93.153	108.528	-14%
	1.020.620	854.999	19%
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros derivativos	21.225		n/m
Despesas antecipadas		7.511	-100%
Cauções e depósitos judiciais	343.979	536.254	-36%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.877.412	579.226	224%
Almoxarifado	7.611	4.302	77%
Ativo sujeito à indenização	1.719.390	1.949.430	-12%
Outros ativos		1.361	-100%
	3.969.617	3.078.084	29%
Investimentos	51.102		n/m
Imobilizado	6.305.943	6.356.617	-1%
Intangível	1.575.300	36.800	n/m
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	7.106		n/m
	11.909.068	9.471.501	26%
TOTAL DO ATIVO	12.929.688	10.326.500	25%

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar que representam aproximadamente 30% de sua receita total. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward* ("NDFs") e contabilizados como *hedge accounting*. A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período entre setembro de 2019 e dezembro de 2021.

CAUÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 2019, houve redução do saldo de depósitos judiciais em 36% comparado ao saldo de 2018, em razão de depósitos judiciais liberados em decorrência de acordos judiciais celebrados pela Companhia.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 2019, houve constituição de IR e CS diferidos no montante de R\$1 bilhão decorrente da expectativa de realização de lucro tributável nos próximos anos, conforme projeções da Companhia. A constituição refere-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

se, principalmente, as seguintes diferenças temporárias: (i) provisão para litígios; (ii) provisão de impairment; (iii) provisão para ativo contingente de Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia.

ATIVO SUJEITO À INDENIZAÇÃO

Redução de R\$230 milhões decorrente do ajuste do ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia, devido ao reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº 458/2015.

INTANGÍVEL aumento do intangível decorre, principalmente, do reconhecimento da outorga no valor de R\$ 1.398,7 milhões e do uso do bem público no valor de R\$ 181,8 milhões impactos da renovação do Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera em abril de 2019.

	2019	2018	Variação %
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8.824	7.595	16%
Energia comprada para revenda	35.755	167.822	-79%
Empréstimos e financiamentos	3.002	214.556	-99%
Arrendamento mercantil	1.584		n/m
Obrigações estimadas e folha de pagamento	21.497	25.211	-15%
Tributos a recolher	23.494	19.061	23%
Encargos setoriais	115.673	141.742	-18%
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	606.176	298.750	103%
UBP - Uso do bem público	29.275		n/m
Obrigações socioambientais	23.474		n/m
Outros passivos	88.038	9.661	n/m
	956.792	884.398	8%
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	1.781.123	1.080	n/m
Arrendamento mercantil	5.624		n/m
Encargos setoriais	12.014	35.852	-66%
UBP - Uso do bem público	158.355		n/m
Provisão para litígios	1.814.375	2.156.162	-16%
Obrigações socioambientais	164.536	72.915	126%
Entidade de previdência a empregados	836.995		n/m
Outros passivos	54.969	74.027	-26%
	4.827.991	2.340.036	106%
TOTAL DO PASSIVO	5.784.783	3.224.434	79%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	5.975.433	5.975.433	0%
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	0%
Reservas de lucros	1.084.883	554.588	96%
Ajustes de avaliação patrimonial	(948.623)	(976.752)	-3%
Outros resultados abrangentes	(895.886)	(380.301)	136%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.144.905	7.102.066	1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.929.688	10.326.500	25%

ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Redução de R\$ 95,9 milhões pela reversão por pagamento da provisão referente a Liminar CCEE com relação ao parâmetro Lâmbda, com a operacionalização da decisão judicial pela CCEE.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos em 2019 é de R\$1.791 milhões contra R\$216 milhões ao final de 2018. O aumento no endividamento decorre da 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera, com remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano, sendo que o pagamento da remuneração será realizado semestralmente e o principal terá prazo de vencimento em 7 anos e carência de 3 anos. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida era de 4,4 anos. A dívida bruta está alocada em moeda nacional e indexada ao CDI.

USO DO BEM PÚBLICO

Em 23 de abril de 2019, a ANEEL assinou o contrato de concessão de uso de bem público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL, que regula a exploração da UHE Porto Primavera por 30 anos, por meio do regime de Produção Independente de Energia Elétrica (“Contrato”). A data base do contrato, para fins de contagem de prazo de outorga, é 15 de abril de 2019. Conforme definido no contrato, a Companhia pagará pelo uso do bem público (“UBP”) de 2,5% sobre a receita bruta durante 5 anos, o ativo de UBP será amortizado pelo prazo de concessão.

DIVIDENDOS A PAGAR

O Conselho de Administração aprovou, em reunião de 17 de fevereiro de 2020, a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$606 milhões, representando um *payout* de 52% e dividend yield de ~6% para todas as classes de ação da CESP (ON, PNA e PNB), com pagamentos nos meses de abril e outubro de 2020.

OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Aumento em Obrigações socioambientais referente a revisão da provisão constituída para as obrigações da Licença de Operação (“LO”) e dos Termos de ajuste de conduta (“TAC”);

LO: Custos relativos à LO de Porto Primavera, relacionados à atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas às instalações da UHE, incluindo reflorestamento e programas sociais. Foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. A amortização será pelo prazo da licença de operação (10 anos).

TAC: Referente à passivo ambiental reconhecido devido à obrigação por parte da Companhia que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado. Obrigações relativas aos Termos de ajuste de conduta (TAC) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

PROVISÃO PARA LITÍGIOS

Variação justificada por, (i) reversão de provisão para litígios no montante de R\$ 332 milhões no montante de R\$410 milhões, em linha com a estratégia da Companhia de redução constante do contencioso passivo; (ii) R\$ 272,3 milhões referente a atualização monetária do período; (iii) R\$ 282,0 milhões de pagamentos de condenações e acordos.

ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Registro de Passivo atuarial dos planos de previdência a empregados com a Funesp conforme laudo atuarial preparado por atuário independente para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Em 2018**

Apresentamos abaixo os saldos das contas de resultado de 2018 e respectivas variações:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE			
(Valores em milhares de Reais)			
	2018	2017	Var. %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	1.634.110	1.476.615	10,7%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica.....	(866.112)	(816.182)	6,1%
Custo com operação.....	(376.497)	(368.757)	2,1%
	(1.242.609)	(1.184.939)	4,9%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	391.501	291.676	34,2%
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	(171.864)	(182.667)	-5,9%
Outras despesas operacionais.....	112.092	(203.054)	-155,2%
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(34.358)	(23.802)	44,3%
	(94.130)	(409.523)	-77,0%
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	297.371	(117.847)	-352,3%
Receitas financeiras.....	136.015	184.439	-26,3%
Despesas financeiras.....	(149.100)	(133.596)	11,6%
RESULTADO FINANCEIRO.....	(13.085)	50.843	-125,7%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL....	284.286	(67.004)	-524,3%
Imposto de renda diferido.....	7.706	(71.102)	-110,8%
Contribuição social diferida.....	2.441	(30.422)	-108,0%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	10.147	(101.524)	-110,0%
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	294.433	(168.528)	-274,7%
Lucro básico e diluído por ação.....	0,90	(0,51)	-274,7%

As receitas operacionais de 2018 alcançaram R\$ 1.927,3 milhões, com aumento de 10,1% em relação ao exercício de 2017, resultado, principalmente, do crescimento de 17,2% nas vendas no ambiente de contratação livre e de 119,3% no faturamento de energia disponível comercializados no âmbito da CCEE.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 293,2 milhões, com aumento de 7,3% em relação a 2017, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.634,1 milhões, com acréscimo de 10,7% sobre 2017. Resultado do aumento no faturamento do exercício de 2018 quando comparado ao exercício de 2017.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.242,6 milhões, aumento de 4,9% em relação a 2017, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica aumentou 6,1%, decorrente, principalmente, do incremento de energia elétrica comprada para revenda em contratos bilaterais, em decorrência do impacto do GSF e dos altos Preços de Liquidação de Diferenças – PLD.

O Custo com Operação cresceu 2,1% em relação a 2017, e encerrou 2018 em R\$ 376,5 milhões.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 391,5 milhões no exercício de 2018, representando aumento de 34,2% em relação a 2017.

As Despesas Gerais e Administrativas tiveram uma redução de 5,9% em relação a 2017, principalmente pela redução nas despesas de serviços com terceiros, enquanto as Outras Despesas Operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

apresentaram-se positivas em R\$ 112,1 milhões, (negativas em R\$ 203,1 milhões em 2017), principalmente em face da reversão de provisões para riscos legais de natureza ambiental, decorrente do acordo judicial realizado em 30.06.2018 com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, que superou o montante da provisão com a atualização de 2018, bem como pela redução no valor da reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de R\$ 62,6 milhões em 2018 (R\$ 163,6 milhões em 2017).

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas tiveram incremento de 44,3% em relação a 2017, principalmente pelo registro de despesa com o acordo judicial realizado em 30.06.2018 com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, em contraposição à reversão de provisões para compromissos socioambientais.

Assim, a CESP registrou um Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro de R\$ 297,4 milhões em 2018, ante prejuízo de R\$ 117,8 milhões em 2017.

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais totalizou R\$ 502,7 milhões em 2018, representando crescimento de 29,3% em relação a 2017.

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 13,1 milhões negativos em 2018 (R\$ 50,8 milhões positivos em 2017). As Receitas Financeiras tiveram redução de 26,3% em relação a 2017, e alcançaram R\$ 136 milhões, principalmente em virtude da redução nos rendimentos de aplicações financeiras e da atualização do saldo de depósitos judiciais.

Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras reduziram-se em 51,6% em relação a 2017, totalizando R\$ 36,4 milhões. A despesa com Variações Monetárias e Cambiais alcançaram R\$ 112,7 milhões negativos (R\$ 58,3 milhões negativos em 2017). Reflexo da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano ocorrida em 2018.

A Companhia registrou Lucro antes dos Impostos de R\$ 284,3 milhões. Após a apropriação do Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e os impostos diferidos, a Companhia apurou um Lucro líquido de R\$ 294,4 milhões (Prejuízo de R\$ 168,5 milhões em 2017).

Apresentamos abaixo os saldos das contas patrimoniais de 2018 e respectivas variações:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL
Posição Financeira em 31 de dezembro de
(Valores em milhares de reais)

ATIVO	2018	AV %	AH %	2017	AV %
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	410.886	4%	32%	310.536	3%
Valores a receber.....	240.802	2%	23%	196.465	2%
Tributos e contribuições sociais compensáveis...	79.203	1%	30%	60.995	1%
Despesas pagas antecipadamente.....	15.580	0%	-1%	15.763	0%
Outros créditos.....	108.528	1%	16%	93.502	1%
	<u>854.999</u>	<u>8%</u>	<u>26%</u>	<u>677.261</u>	<u>6%</u>
NÃO CIRCULANTE					
Cauções e depósitos vinculados.....	536.254	5%	-58%	1.262.028	11%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.	579.226	6%	-1%	583.165	5%
Almoxarifado.....	4.302	0%	20%	3.584	0%
Despesas pagas antecipadamente.....	7.511	0%	-67%	22.532	0%
Outros créditos.....	1.361	0%	-8%	1.478	0%
Ativo disponível para reversão.....	1.949.430	19%	0%	1.949.430	18%
	<u>3.078.084</u>	<u>30%</u>	<u>-19%</u>	<u>3.822.217</u>	<u>34%</u>
Ativo intangível.....	36.800	0%	-8%	39.860	0%
Imobilizado.....	6.356.617	62%	-4%	6.592.199	59%
	<u>6.393.417</u>	<u>62%</u>	<u>-4%</u>	<u>6.632.059</u>	<u>60%</u>
	<u>9.471.501</u>	<u>92%</u>	<u>-9%</u>	<u>10.454.276</u>	<u>94%</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u><u>10.326.500</u></u>	<u><u>100%</u></u>	<u><u>-7%</u></u>	<u><u>11.131.537</u></u>	<u><u>100%</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL****Posição Financeira em 31 de dezembro de (Valores em milhares de reais)**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	AV %	AH % 2017	AV %
				%
CIRCULANTE				
Fornecedores.....	7.595	0%	-47%14.421	0%
Energia comprada para revenda.....	167.822	2%	-16%200.117	2%
Empréstimos e financiamentos.....	214.556	2%	5%204.532	2%
Tributos e contribuições sociais.....	19.061	0%	-48%36.626	0%
Encargos setoriais.....	141.742	1%	-24%187.695	2%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	298.750	3%	1006%27.023	0%
Obrigações estimadas e folha de pagamento...	25.211	0%	9%23.136	0%
Outras obrigações.....	9.661	0%	-80%47.560	0%
	884.398	9%	19%741.110	7%
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos.....	1.080	0%	-99%184.152	2%
Encargos setoriais.....	35.852	0%	2346% 1.466	0%
Provisão para riscos legais.....	2.156.162	21%	-27%2.950.766	27%
Obrigações socioambientais.....	72.915	1%	-30%104.895	1%
Outras obrigações.....	74.027	1%	114%34.583	0%
	2.340.036	23%	-29%3.275.862	29%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	5.975.433	58%	0%5.975.433	54%
Reservas de capital.....	1.929.098	19%	0%1.929.098	17%
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(976.752)	-9%	-2% (997.645)	-9%
Outros resultados abrangentes.....	(380.301)	-4%	3% (370.669)	-3%
Reservas de lucros	554.588	5%	-4%578.348	5%
	7.102.066	69%	0%7.114.565	64%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.326.500	100%	-7%11.131.537	100%

A redução de 57,5% em 2018 quando comparada com o exercício social de 2017, verificada na linha "Cauções e depósitos vinculados" deve-se ao acordo realizado com as Prefeituras e Ministério Público objetivando extinguir ações judiciais movidas por aquelas instituições contra a CESP. Adicionalmente, a redução foi resultado da substituição das obrigações ambientais previstas nos Instrumentos Particulares de Composição Amigável – IPCA's 1998 e no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC 2001 pelo compromisso feito pela Companhia de cumprir com todas as condicionantes da Licença de Operação nº 121/2000 – 2ª Renovação, emitida em 23 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

maio de 2018 pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

De acordo com o compromisso, o Estado do Mato Grosso do Sul ficou autorizado a levantar o valor dos depósitos judiciais existentes, estimados em cerca de R\$ 583 milhões, em 31 de março de 2018; extinguindo em contrapartida, ações judiciais movidas pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul e referidas Prefeituras, que, em 31 de março de 2018, encontravam-se classificadas na rubrica Provisão para riscos legais da seguinte forma:

Expectativa de Perda	R\$ Mil
Provável	988.676
Possível	904.060
Remota	332.132
Total	2.224.868

Abaixo informamos os reflexos dos acordos e compromissos acima mencionados nas rubricas do ativo e do passivo:

Reflexos	Valores em R\$ Mil			
	Ativo	Passivo		Resultado
Item	Cauções e depósitos (Nota 11)	Contingência	Outras Obrigações (Nota 24.2)	
Provável				
Ambiental.....	(583.175)	935.042	-	351.867
Cível.....	(72)	53.634	-	53.562
Soma.....	(583.247)	988.676	-	405.429
P.M. Bataguassu.....	-	-	2.000	(2.000)
Estado do MS.....	-	-	50.000	(50.000)
Soma	(583.247)	988.676	52.000	353.429
Possível				
Ambiental.....	-	869.901	-	-
Cível.....	-	34.159	-	-
Soma	-	904.060	-	-
Remota				
Ambiental.....	-	332.132	-	-
Total	(583.247)	2.224.868	52.000	353.429

A redução no saldo do ativo imobilizado é decorrente da depreciação do exercício de 2018 em contraposição à reversão de parte de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) da UHE Porto Primavera.

O aumento do passivo circulante é decorrente do registro de dividendos propostos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A redução verificada no passivo circulante, na rubrica Outras Obrigações é decorrente do pagamento de decisão judicial para o pagamento de processo de natureza trabalhista sobre periculosidade.

O aumento verificado no passivo não circulante, na rubrica Outras Obrigações é decorrente do acordo judicial com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, com o registro de obrigação de R\$ 50 milhões para pagamento em 10 anos ao Estado do Mato Grosso do Sul, conforme quadro sobre os reflexos do acordo, apresentado acima.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia decorre principalmente da venda de energia elétrica em contratos de longo prazo com diversas empresas distribuidoras de energia do país (ambiente de contratação regulada – leilões) e de fornecimento de energia a clientes consumidores livres e comercializadoras (ambiente de contratação livre), com oscilações nas quantidades físicas (MWh) e atualização de preços.

O faturamento da CESP, em 2019, foi de R\$ 1.830,5 milhões, representando uma leve redução de 5% em relação ao faturamento de R\$ 1.924,7 milhões em 2018. Em 2017, foi de R\$ 1.749,9 milhões, conforme quadro a seguir, em R\$ mil:

Receita Operacional	2017	2018	2019
Consumidores livres - Industrial	672.640	788.540	785.746
Agentes comercializadores	569.619	552.474	487.660
Leilões de energia – Distribuidores de energia	448.408	463.076	481.588
Energia de curto prazo	55.002	120.648	72.235
Suprimento de energia regime de cotas	1.016	-	-
Outras Receitas	3.275	2.581	3.270
TOTAL	1.749.960	1.924.738	1.830.499

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Em 2019

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida, em 2019, totalizou R\$1,6 bilhão, redução de R\$63 milhões (-4%) em relação a 2018, majoritariamente decorrente de:

- Energia de curto prazo: Redução de R\$48 milhões devido à nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.

- Comercializadoras: Redução de R\$65 milhões devido ao término e redução de contratos existentes, a fim de equacionar o balanço energético da Companhia.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Deduções e outras receitas: Redução de R\$34 milhões devido à alteração do regime da UHE Porto Primavera para Produtor Independente de Energia, deixando de incidir RGR e passando a incidir UBP.

- Distribuidoras: Aumento de R\$19 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.088 milhões em 2019, aumento frente

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a despesa de R\$975 milhões registrada em 2018.

Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

- Provisão de litígios: em 2019, ocorreu reversão de provisão no valor de R\$332 milhões, em linha com a estratégia de revisão constante dos prognósticos de risco dos processos judiciais e dos valores em discussão, em complementação à própria estratégia processual de redução do contingente passivo. Em 2018, a reversão de provisão foi no montante de R\$410 milhões.

- Efeitos não recorrentes: Inclui ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015 e gastos com PDV de R\$111 milhões, compensado parcialmente, pela reversão de *impairment* do ativo imobilizado no montante de R\$120 milhões referente a 2019, contra reversão de R\$63 milhões ocorrida em 2018.

- Efeitos não caixa: Inclui depreciação, amortização, provisões de almoxarifado e reversão da provisão para PIS e COFINS sobre depósitos judiciais. Em 2019, o montante foi de R\$366 milhões e em 2018 foi de R\$303 milhões.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais de 2019 totalizaram R\$833 milhões, queda de 27% em relação a 2018, quando reportou R\$1.145 milhões, decorrente da redução de 28% no custo de energia comprada, 21% em pessoal e administradores e 23% em serviços de terceiros, materiais e aluguéis.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2019 registrou despesa de R\$347 milhões comparado a despesa de R\$375 milhões apresentada de 2018. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- Encargos de dívidas: Aumento decorrente do reconhecimento das obrigações da 11ª emissão de Debêntures, no montante de R\$1,8 bilhão, desembolsada em janeiro de 2019.

- Atualização do saldo de provisão para litígios: Redução de R\$90 milhões, decorrente da menor atualização do saldo de provisão para litígios.

- Variação cambial: Redução de R\$49 milhões em variação cambial decorrente dos pagamentos de principal e juros da dívida com o BNDES indexada a variação cambial realizados durante o ano de 2019.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2019, o lucro líquido atingiu R\$1,1 bilhão, crescimento de R\$869 milhões em relação ao ano de 2018. A evolução do resultado líquido decorre, principalmente pela:

- Provisão para Litígios: em 2019, houve reversão de provisão para litígios no montante de R\$332 milhões, em comparação à reversão verificada em 2018, no montante de R\$410 milhões, em linha com a estratégia da Companhia de redução constante do contencioso passivo.

- Impairment: reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de R\$120 milhões em 2019 (vs. R\$63 milhões em 2018). A Companhia constatou que o valor contábil da UHE Jaguari se encontrava acima do seu valor justo, sendo reconhecido a perda, enquanto a UHE Porto Primavera apresentou recuperação de seu valor, frente à provisão contabilizada até 2018.

- Ajuste ativo contingente: redução de R\$230 milhões decorrente do ajuste do ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia, devido ao reconhecimento no balanço da Companhia dos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015.

• IR e CS diferidos: constituição de IR e CS diferidos no montante de R\$1 bilhão decorrente da expectativa de realização de lucro tributável nos próximos anos, conforme projeções da Companhia. A constituição refere-se, principalmente, às seguintes diferenças temporárias: (i) provisão para litígios; (ii) provisão de impairment; (iii) provisão para ativo contingente de Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia.

Em 2018

A garantia física bruta da CESP no ano de 2018 foi de 1.002,6 MW médios, comercializados (i) no ACR, com 32 empresas distribuidoras e (ii) no ACL, com 5 clientes livres e 3 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE.

As receitas operacionais de 2018 alcançaram R\$ 1.927,3 milhões, com aumento de 10,1% em relação ao exercício de 2017, resultado, principalmente, do crescimento de 17,2% nas vendas no ambiente de contratação livre e de 119,3% no faturamento de energia disponível comercializados no âmbito da CCEE.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 293,2 milhões, com aumento de 7,3% em relação a 2017, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.634,1 milhões, com acréscimo de 10,7% sobre 2017.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.242,6 milhões, aumento de 4,9%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica aumentou 6,1%, decorrente, principalmente, do incremento verificado em energia elétrica comprada para revenda em contratos bilaterais, em decorrência do impacto do GSF e dos altos Preços de Liquidação de Diferenças – PLD.

O Custo com Operação cresceu 2,1% em relação a 2017, e encerrou 2018 em R\$ 376,5 milhões.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 391,5 milhões no exercício de 2018, representando aumento de 34,2% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram em 5,9%, principalmente pela redução nas despesas de serviços com terceiros, enquanto as Outras Despesas Operacionais apresentaram-se positivas em R\$ 112,1 milhões, (negativas em R\$ 203,1 milhões em 2017), principalmente, em face da reversão de provisões para riscos legais de natureza ambiental, decorrente do acordo judicial realizado em 30.06.2018 com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, que superou o montante da provisão com a atualização de 2018, bem como pela redução no valor da reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de R\$ 62,6 milhões em 2018

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(R\$ 163,6 milhões em 2017).

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas tiveram incremento de 44,3%, principalmente, pelo registro de despesa com o acordo judicial realizado em 30.06.2018 com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, em contraposição à reversão de provisões para compromissos socioambientais.

Assim, a CESP registrou um Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro de R\$297,4 milhões, ante prejuízo de R\$ 117,8 milhões em 2017.

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais totalizou R\$502,7 milhões, representando crescimento de 29,3%, quando comparado ao exercício anterior, conforme adiante demonstrado.

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 13,1 milhões negativos (R\$ 50,8 milhões positivos em 2017). As Receitas Financeiras tiveram redução de 26,3%, e alcançaram R\$ 136 milhões, principalmente, em virtude da redução nos rendimentos de aplicações financeiras e da atualização do saldo de depósitos judiciais. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras reduziram-se em 51,6%, totalizando R\$ 36,4 milhões. A despesa com Variações Monetárias e Cambiais alcançaram R\$ 112,7 milhões negativos (R\$ 58,3 milhões negativos no ano anterior).

A Companhia registrou Lucro antes dos Impostos de R\$ 284,3 milhões. Após a apropriação do Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e os impostos diferidos, a Companhia apurou um Lucro líquido de R\$ 294,4 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nos últimos três exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 11 de outubro de 2019, a ANEEL, por meio do despacho nº 2.731, autorizou a empresa CESP Comercializadora de Energia ("CESP Comercializadora") a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A CESP Comercializadora, empresa 100% controlada pela CESP, foi constituída com o objetivo de promover uma participação mais ativa da CESP no mercado de energia, gestão otimizada do balanço energético, tanto na compra de energia para mitigação de risco quanto na melhor estratégia possível para a venda da energia disponível. A CESP Comercializadora recebeu aportes de capital nos montantes de R\$ 1,0 milhão e R\$50,0 milhões em 31 de julho de 2019 e 3 de dezembro de 2019, respectivamente e iniciou suas operações em janeiro de 2020.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2019, houve ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$230 milhões, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015, gastos com Programa de demissão voluntária ("PDV") de R\$111 milhões e reversão de *impairment* do ativo imobilizado no montante de R\$120 milhões.

Em 2018, foi celebrado acordo judicial com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, cujos reflexos estão informados no item 10.1 (h) acima.

Em 2017, conforme comentado no item 10.4(a), a Companhia, de forma voluntária, alterou a sua prática contábil e passou a atualizar o saldo de depósitos judiciais em 2017, com efeitos retroativos. Nas demonstrações financeiras de 2017, os impactos da atualização do saldo de depósitos judiciais até 2015 foram contabilizados no ativo em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos.

Em 2017 também houve o registro de reversão parcial de *impairment* relativo a exercícios anteriores, principalmente relacionado à UHE Porto Primavera, conforme comentado no item 10.1(h).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Até o trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia apresentava as despesas de atualização monetária da provisão para litígios em conjunto com as adequações de provisão e reversão no grupo de "Outras receitas operacionais líquidas". A atual Administração decidiu reapresentar a atualização monetária da provisão para litígios no "Resultado financeiro" pelos seguintes fatores: (i) avaliou que grande parte da movimentação do saldo de provisão para litígios deve-se à atualização monetária do período, de modo que, com a segregação dos impactos na demonstração do resultado, as movimentações de provisão para litígios ficariam melhor demonstradas; (ii) a Companhia entende que a atualização monetária é um componente financeiro; e (iii) consistência com o registro da atualização monetária dos depósitos judiciais. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as despesas com entidade de previdência a empregados reflexo da adoção do CPC 33 – Benefício a empregados (IAS 19) como custo com operação na demonstração do resultado. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Administração entende que pelo fato de grande parte dos participantes dos planos pertencerem à área administrativa, os valores tratados anteriormente como "Custo com operação", enquadram-se melhor em "Despesas gerais e administrativas". Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

Em 2018, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação às adotadas em 2017.

Em 2017, a Companhia, de forma voluntária, alterou a sua prática contábil e passou a atualizar o saldo de depósitos judiciais com efeitos retroativos, em conformidade com o item 14(a) do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nas demonstrações financeiras de 2017, os impactos da atualização do saldo de depósitos judiciais até 2015 foram contabilizados no ativo em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Os efeitos das alterações nas práticas contábeis durante o exercício social de 2019 estão demonstrados abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	(Original)		(Reapresentado)
	2018	Reclassificação	2018
Receita líquida	1.634.110		1.634.110
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	(866.112)		(866.112)
Custo com operação	(376.497)	10.330	(366.167)
	(1.242.609)	10.330	(1.232.279)
Lucro bruto	391.501	10.330	401.831
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(171.864)	(10.330)	(182.194)
Outras receitas operacionais, líquidas	77.734	361.782	439.516
	(94.130)	351.452	257.322
Lucro operacional antes do resultado financeiro	297.371	361.782	659.153
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	75.704		75.704
Despesas financeiras	(36.425)	(361.782)	(398.207)
Variações cambiais, líquidas	(52.364)		(52.364)
	(13.085)	(361.782)	(374.867)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	284.286		284.286

As mudanças nas práticas contábeis ocorridas durante o exercício social de 2018 não tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os impactos da atualização no exercício de 2017 indicada no item 10.4 (a) acima estão abaixo resumidos:

(Em R\$ mil)					
Ano	Patrimônio		Impostos		
	Ativo	Líquido	Diferidos	Resultado	Líquido
2015	255.301	156.628	98.673	-	156.628
2016	82.484	-	31.881	78.648	50.603
Soma	337.785	156.628	130.554	78.648	207.231
2017	73.002	-	28.216	69.607	44.786
Total	410.787	156.628	158.770	148.255	252.017

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não estão presentes ressalvas no relatório do auditor nos últimos 5 exercícios.

O relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não contém parágrafo de ênfase.

O relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, contém a seguinte ênfase:

"Ativo disponível para reversão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$1.949.430 mil na Rubrica "Ativo disponível para reversão", líquido de provisão, no qual o montante de R\$232.068 mil é decorrente de melhorias realizadas nos ativos de concessão das Usinas de Jupia e Ilha Solteira para as quais a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

para fins de indenização, bem como o montante de R\$1.717.362 mil que refere-se a indenização da Usina de Três Irmãos, cujo montante foi definido pela Portaria Interministerial N° 129, em 27 de março de 2014, publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF), cujo valor base é de junho de 2012. A Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nosso relatório não contém modificação sobre esse assunto."

O auditor independente incluiu parágrafo de ênfase com relação a "Ativo disponível para reversão" em decorrência das discussões judiciais, relativos aos processos indenizatórios das usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, cujos montantes registrados pela Companhia são aqueles informados em Portarias Interministeriais da União como devidos à CESP, bem como pelos documentos apresentados pela Companhia, nos termos da resolução ANEEL nº 596/2013, que tratou do pleito relativo às modernizações e melhorias implementadas nas usinas Ilha Solteira e Jupia. Os montantes finais a serem indenizados à CESP dependerão do desfecho dos processos judiciais, bem como do posicionamento da ANEEL com relação à resolução nº 596/2013.

O relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, contém as seguintes ênfases:

"Ativo disponível para reversão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$1.949.430 mil na Rubrica "Ativo disponível para reversão", líquido de provisão, no qual o montante de R\$232.068 mil é decorrente de melhorias realizadas nos ativos de concessão das Usinas de Jupia e Ilha Solteira para as quais a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para fins de indenização, bem como o montante de R\$1.717.362 mil que refere-se a indenização da Usina de Três Irmãos, cujo montante foi definido pela Portaria Interministerial N° 129, em 27 de março de 2014, publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF), cujo valor base é de junho de 2012. A Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nosso relatório não contém modificação sobre esse assunto."

O auditor independente incluiu parágrafo de ênfase com relação a "Ativo disponível para reversão" em decorrência das discussões judiciais, relativos aos processos indenizatórios da UHE Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, cujos montantes registrados pela Companhia são aqueles informados em Portarias Interministeriais da União como devidos à CESP, bem como pelos documentos apresentados pela Companhia, nos termos da resolução ANEEL nº 596/2013, que tratou do pleito relativo às modernizações e melhorias implementadas nas usinas Ilha Solteira e Jupia. Os montantes finais a serem indenizados à CESP dependerão do desfecho dos processos judiciais, bem como do posicionamento da ANEEL com relação à resolução nº 596/2013.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases*"Reapresentação das demonstrações contábeis anteriores*

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos de alteração da prática contábil e classificação contábil no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados (informação suplementar) para o exercício findo nessa data, e no aprimoramento de divulgação em notas explicativas, com o objetivo de demonstrar comparabilidade e consistência das informações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto."

O auditor independente incluiu parágrafo de ênfase com relação a "Reapresentação das demonstrações contábeis anteriores" em decorrência do contido na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras de 2017, que tratou de reclassificações/alterações para melhor apresentar a situação econômico-financeira a Companhia, cujos reflexos em 2016 tiveram que ser reapresentados para fins de comparação.

Adicionalmente, foram explicitados os efeitos retrospectivos da mudança de prática contábil implementada em 2017, no que se refere a atualização do saldo de depósitos judiciais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas - provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custo de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2019 de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para os próximos 10 anos, as quais são revisadas anualmente, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão, limitado a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões. As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

(b) Intangível e Imobilizado

Conforme política contábil, a Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável.

Premissas utilizadas no teste de *impairment*

O valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

(i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir período de prorrogação ou renovação da UHE Paraibuna e UHE Jaguari.

(ii) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão da UHE Paraibuna e da UHE Jaguari. No caso da UHE Porto Primavera o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2049.

(c) Entidade de previdência a empregados

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

(d) Provisão para litígios

As provisões, para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

(e) Obrigações socioambientais

Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação (“LO”) Nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018 são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**(f) Receita**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia possui os seguintes compromissos futuros de longo prazo não registrados nas demonstrações financeiras:

	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2025	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	4.904	4.840	4.704	4.711	4.711	113.058	136.927
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	161.194	176.016	179.710	179.710	179.710	4.313.039	5.189.378
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	48.381	48.923	48.821	48.821	48.983	1.175.598	1.419.527
Encargos de conexão	64	65	65	65	65	1.551	1.874
Contratos de compra de energia	398.664	257.325					655.988
Total	615.225	489.190	235.322	235.329	235.493	5.603.246	7.403.694

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui impostos diferidos ativos não registrados no balanço patrimonial no total de R\$ 1.521,3 milhões. Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2019 de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos e sobre diferenças temporárias, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para os próximos 10 anos, as quais são revisadas anualmente, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a. Itens que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos 3 últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Os investimentos realizados nos últimos anos visaram sobretudo ao programa de manutenção do parque gerador, incluindo melhorias e modernização dos equipamentos. O valor investido no ativo imobilizado e intangível em 2019 foi de R\$ 9 milhões.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

A Companhia dispõe de recursos próprios para aplicação em projetos, nos quais pretende ter participação minoritária. Dependendo dos projetos, estes poderão ser financiados por instituições financeiras privadas e governamentais, geralmente da ordem de até 70%.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Por meio da Medida Provisória nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente.

Usina Três Irmãos

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do MME, para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da UHE Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria MME nº 214/13.

Em razão da determinação de nova licitação para operação da UHE Três Irmãos, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), foi definido o valor de indenização a ser pago à Companhia, "referenciado a preços de junho de 2012, para a UHE Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

de março de 2013". O valor de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717,4 milhões (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que, no entendimento da Companhia, fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da Companhia, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Assim, conforme mencionado no item 12.1, dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") nº 25, a Companhia constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811,7 milhões (valor controverso), passando a refletir adequadamente o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Atualmente, a questão está sendo discutida no âmbito judicial, estando o respectivo processo em fase de produção de provas.

Usinas de Ilha Solteira e Jupia

A Companhia operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, "considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015". Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia também ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Atualmente, após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos, os quais foram remetidos à segunda instância e aguardam julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização de ativos (ativo contingente), no montante de R\$ 812,9 milhões (Ilha Solteira – R\$ 506,3 milhões e Jupia – R\$ 304,5 milhões), sendo R\$ 230,0 milhões reconhecido durante o exercício de 2019, referentes à modernização e melhoria conforme resolução 596/2013 da ANEEL.

Em relação à este montante, importante ressaltar que em janeiro de 2019, a ANEEL determinou a abertura da Audiência Pública nº 003/2019, para aprimoramento da citada

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Resolução, com o objetivo de “Obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013”.

Por tal motivo, diante da incerteza que se tornou a homologação dos investimentos realizados, a Administração mudou a perspectiva de recuperabilidade dos saldos registrados a título de indenização com base na Resolução nº 596/2013 ANEEL, restando, apenas, os valores definidos em Portaria Interministerial – R\$ 2,0 milhões para Ilha Solteira.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há operações de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que já tenham sido divulgadas e que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A descrição das pesquisas em andamento encontra-se no subitem “iii” a seguir, juntamente com os nomes dos projetos e investimentos realizados. Trata-se dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em andamento no âmbito do Programa de P&D da ANEEL, conforme Lei nº 9.991/2000.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2019, a Companhia recolheu R\$ 6,3 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 3,1 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME) e investiu R\$ 13,6 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2019, a Companhia possuía um total de 8 projetos de P&D em andamento, sendo 6 próprios e 2 estratégicos, todos em cooperação com outras entidades executoras.

Enquadrados pela ANEEL no tema “Fontes Alternativas de Geração”, tiveram andamento os 2 projetos a seguir:

Cogeração de Energia Elétrica no Setor Sucroalcooleiro Com Aproveitamento de Bioenergéticos Regionais: Rotas Tecnológicas para Otimização do Processo Produtivo e Modelo de Negócio para Comercialização de Energia Gerada. O objetivo desta pesquisa é a otimização da cogeração a partir de biomassa de cana de açúcar, com complementação de biogás de vinhaça

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

e outros bioenergéticos disponíveis regionalmente. Iniciado em 2019, os investimentos realizados neste projeto até dezembro daquele ano foram de R\$1,5 milhão.

Implantação de Usina Piloto por meio de Integração da Fonte de Geração Termossolar ao Complexo de Energias Alternativas Renováveis da UHE Porto Primavera. Em desenvolvimento desde janeiro de 2017, trata-se de projeto estratégico lançado em chamada pública pela ANEEL, cuja pesquisa consiste na construção de uma usina piloto de até 0,5 MW de capacidade instalada, no terreno da UHE Porto Primavera. O objetivo é consolidar a UHE como um Polo de Pesquisa de fontes renováveis por meio de sistemas Termossolar, Fotovoltaico e Eólico, os quais poderão operar em conjunto com a geração hidrelétrica. A duração estimada do projeto é de 48 meses, com término previsto para dezembro de 2020. Até o final de 2019, foram investidos R\$ 45,1 milhões.

Já sob o tema "Meio Ambiente", estava em andamento no ano de 2019 o projeto Desenvolvimento de um Sistema de Avaliações Ambientais e da Corrosividade de Fontes de Cloro Utilizadas na Prevenção da Incrustação de Mexilhão-Dourado (*Mimnoperla fortunei*) em Sistema de Refrigeração de Turbinas, cujo objetivo era estudar os riscos ambientais, eco-toxicológicos e de corrosividade de substâncias utilizadas no controle de incrustações do mexilhão dourado sobre as estruturas das UHEs no Brasil. O projeto teve início em 2016, com término previsto para 2020. Até o final de 2019, foram investidos R\$ 3,1 milhões.

Com o tema "Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica", prosseguiu em andamento o projeto Prolongamento da Vida Útil de Enrolamento Estatórico através do Controle e Otimização de Água de Refrigeração, cujo objetivo é investigar os efeitos da fadiga do enrolamento (peça utilizada em componentes de UHEs) na sua vida útil para o sistema tradicional de refrigeração em comparação a um sistema ativo de controle de vazão de água, procurando-se formas de manter o enrolamento operando dentro de uma faixa mínima de variação de temperatura. Com prazo de duração previsto de 3 anos, esta pesquisa terá seu término em 2020. Até dezembro de 2019, foram despendidos R\$ 4,5 milhões.

Na categoria "Gestão de Bacias e Reservatórios", encontra-se o projeto Transdutores para os Sensores de Recalque Magnético e Piezômetro Pneumático para Sistema de Auscultação de Barragens, cujo objetivo é melhorar a visibilidade do sistema de monitoramento de barragens, em continuidade a duas pesquisas realizadas anteriormente. Com término previsto para o início de 2019, foram investidos até dezembro de 2019 neste projeto aproximadamente R\$1,4 milhão.

Sob o tema "Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica", teve andamento em 2019 o projeto Reforço na Estrutura de Suporte do modelo Institucional Vigente: uma Proposta baseada na Ampliação do Conceito de Leilões de Expansão, cujo objetivo é desenvolver arcabouço conceitual e metodológico para materializar Leilões de Energia (Sistêmicos e Regionais) para atendimento aos requisitos de expansão da oferta de energia para o ACL, com especial ênfase no redesenho da arquitetura do mercado brasileiro considerando uma progressão acelerada na direção da abertura do mercado consumidor; nas tendências sinalizadas a partir da Consulta

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Pública MME 033/2017; em etapa de transição a partir do modelo vigente e, por fim, na formulação e aplicação de leilões direcionados (regionais), visando atendimento ao mercado regulado e, em especial, ao mercado livre. Com término previsto para o final de 2019, a pesquisa despendeu até dezembro de 2019 o montante de R\$ 2,1 milhões.

Prosseguiu em andamento no ano de 2019, na categoria de temas da ANEEL denominada "Outros", o projeto "Análise da Eficiência do Armazenamento Complementar de Energia junto a Usinas Hidrelétricas utilizando Tecnologias de Armazenamento Eletroquímico e em Hidrogênio: Rota Tecnológicas para Aplicações em Larga Escala no Brasil - Sistema de Armazenamento Piloto CESP", no âmbito da Chamada Pública de Projeto de P&D Estratégico nº 021/2016, cujo objetivo é a pesquisa da aplicação de tecnologias de armazenamento de energia eletroquímico e a hidrogênio, com previsão de término em junho de 2020. Até o final de 2019, foram investidos R\$ 27,8 milhões neste projeto.

Por fim, continuou em andamento o Projeto de Gestão 2019-2021, estabelecido pela ANEEL para a gestão do programa de P&D de cada uma das empresas participantes. Até o final de 2019, o projeto totalizou R\$518 mil em investimentos.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, pois consideram-se os investimentos com pesquisa e desenvolvimento conforme subitem "ii".

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. Outros fatores com influência relevante**

Todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores.